

"A Cartografia como instrumento de emancipação"

Da AGB PORTO ALEGRE

Para Kolletiv Orangotango



ORANGOTANGO



A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) é uma Instituição Nacional, de cunho político e acadêmico, com quase 90 anos de história. Ao longo de sua trajetória, esta entidade constitui-se como um espaço de formação política e de promoção de uma geografia engajada, que desde seus primórdios coloca em debate a relação entre pensamento geográfico, ideologias geográficas, práticas espaciais e as relações entre Estado e os movimentos sociais populares.

Como marca, a AGB semeia a horizontalidade do debate e a interlocução constante com os diferentes sujeitos sociais que lutam contra a desigualdade, a miséria e a violência. E, assim, encoraja geógrafas e geógrafos a se situar politicamente, para que possa reconhecer a que e a quem se direciona seu trabalho e seu compromisso, enfim, como se relacionam com a sociedade.

Em tempos de Pandemia, muitas seções locais da AGB articularam-se com diferentes grupos de pesquisa para fomentar os debates que emergiram com mais força dadas as condições impostas pela crise sanitária. Que, por sua vez, escancarou a crise econômica e política em escala mundial.

Reforçando este movimento, a AGB - Seção Porto Alegre¹, em parceria com o Grupo de Estudos de Conflitos de Territorialidades (GECONTE)², propôs um ciclo de debates: **'Geografias da R-existência'**. O GECONTE, constituído no âmbito do Núcleo de Estudos de Geografia e Ambiente (NEGA), do Departamento de Geografia da UFRGS, conta com a participação de docentes, estudantes e militantes preocupados com os conflitos territoriais e as mobilizações de diferentes comunidades da América Latina, ameaçadas por diferentes processos de expropriação.

Assim, na sexta sessão do *Ciclo de Debates* discutimos **"A Cartografia como instrumento de emancipação"**, junto à geógrafa e professora Ângela Katuta, da UFPR - Litoral - Brasil, e ao geógrafo e professor Pablo Mansilla Quiñones, da PUC de Valparaíso-Chile, as práticas e a teoria de uma cartografia que se situe no sentido da

¹Mais informações em: https://www.facebook.com/agbpoa/?ref=br_rs

²Mais informações em: <https://www.facebook.com/conflitodeterritorialidades/>

emancipação humana. Como mediadora deste debate, ousou dizer que as questões aqui levantadas desenham outros mapas, que, respeitando suas particularidades, compartilham um sentido de autonomia, liberdade, de justiça e de diferença capaz de se realizarem na produção e no uso coletivo do espaço rumo a outras geografias possíveis.

Pablo Quiñones³ trabalha há uma década com cartografia indígena, E neste debate, a partir da reflexão sobre a produção de territórios alternativos,⁴ a preocupação é pensar estratégias para aprofundar os conhecimentos territoriais das comunidades e também criar outras formas de fazer a disputa das representações territoriais hegemônicas.

Sua fala demonstra como as políticas neoliberais, adotadas no Chile, transformam profundamente os territórios dos povos originários e, por meio dos processos de acumulação por espoliação, desestruturam tais povos. Mas, ao mesmo tempo, evidenciam a insustentabilidade dos ordenamentos territoriais do Capital, permitindo refletir sobre as estruturas e as práticas do poder pelo Estado-Nação e insurgência de autonomia por diferentes povos em diferentes territórios.

Chama a atenção quando Pablo diz que para o povo Wayuu, da assim chamada Venezuela, o mundo não é feito de objetos, o mundo é feito de sujeitos, por isso quando o Wayuu está falando do território não está só falando de um sistema de objetos e de ações, mas o mundo estaria constituído por um processo de comunicação constante, de diálogos dos sujeitos entre si. Particularmente, entendo que isso significa que este território é parte constituinte deste povo. Se este território é um sujeito mulher, que tem um rosto, uma cara e uma corporeidade referenciada na estrutura da terra, o território é vivo, é vida e se dilui em toda a comunidade e é também diluído por ela. Só existe como território deste povo porque é este povo.

Os conflitos mapeados pelos povos Mapuches (que vivem nas fronteiras do Chile e da Argentina), explicitados e denunciados nestes processos de mapeamento, materializam as disputas, a violência e a inviabilidade do diálogo com um projeto de sociedade referenciado na destruição da diferença, da valorização dos bens comuns (como a absurda privatização da água nas terras indígenas), e na centralidade do poder.

³ Ver textos sobre os debates apresentados.

MELIN, Miguel; MANSILLA, Pablo; ROYO, Manuela. MAPU CHILLKANTUKUN ZUGU: Descolonizando el Mapa del Wallmapu, Construyendo Cartografía Cultural en Territorio Mapuche. Disponível em: <https://www.oidp.net/docs/repo/doc558.pdf>

QUIÑONES, Pablo Arturo Mansilla & PEHUEN Miguel Melin. A Struggle for Territory, a Struggle Against Borders. Journal NACLA Report on the Americas. Vol. 51, p. 41-48, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10714839.2019.1593689>

⁴Noção elaborada por Rogério Haesbaerth, ver a resenha de seu livro escrita pelo Geógrafo Ruy Moreira, disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13428>.

Essas experiências territoriais são mobilizadas nos mapeamentos, e retomam a história, a cultura e as lutas que precisam ser travadas nos processos de resistência. Os velhos, e também as crianças, são vitais nestas movimentações, uma vez que ambos são ao mesmo tempo promotores da memória, guardiães dos conhecimentos e dos territórios ancestrais e criadoras de novos mundos.

Na leitura de Angela Katuta⁵, nestes processos de mapeamentos coletivos a insurgência marcante de outras cartografias, por suas auto-cartografias (recriação do território praticado), faz emergir outras geografias, diferentes modos de ser e estar no mundo. Neste sentido, as experiências sócio-territoriais são capazes de romper as sintaxes das cartografias hegemônicas estruturantes, problematizando a dubiedade de uma linguagem de dominação ou de libertação, uma vez que Katuta entende que a linguagem, como uma relação social, realiza-se no sentido do uso que fazemos dela. Assim, se cartografia é feita "com" e não "para" ela se reverte em instrumento potente das lutas territoriais.

É preciso, portanto, a ampliação da noção de mapa, como já discutido por historiadores da cartografia, enquanto "qualquer objeto que possibilite a compreensão do espaço de outras pessoas". O alargamento da compreensão de mapa, e de cartografia, permite considerar a existência de outras geografias. Que ainda são negligenciadas nos processos de educação e no discurso geográfico, e não permitem problematizar as referências concretas da materialidade do mundo.

Portanto, a riqueza destes mapeamentos junto aos geógrafos e militantes das lutas sociais populares consiste no encontro entre os diferentes modos de ser e de estar no mundo, sobretudo o reconhecimento destes sujeitos e seus territórios. Das apresentações colocadas, compreendo que, para muitos de nós, geógrafas e geógrafos, agebeanas e agebeanos, as lutas sociais questionam fortemente os rumos da Humanidade, do sentido social, coletivo e político produzido historicamente, por homens e mulheres, em diferentes tempos e modos de produzir e viver.

Coloca em evidência a disputa de diferentes projetos com referências díspares no que diz respeito ao entendimento de mundo, de justiça, de liberdade, de igualdade e de sociedade. Assinalando, assim, a impossibilidade de conciliar não apenas ideias, mas práticas que destroem a capacidade humana de criar, refletir, sentir e produzir múltiplas e outras possibilidades de vida.

5 Para conhecer mais a autora, ver sua tese de doutorado. KATUTA, A. M. O estrangeiro no mundo da geografia. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

Disponível

em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2013/geografia_artigos/o_estrangeiro_no_mundo_da_geografia.pdf

Esses conflitos revelam não apenas uma disputa pelo comando de um único e inequívoco caminho a seguir, mas uma luta contra a violência, a opressão e a desigualdade, que aniquilam as infinitas possibilidades de nos humanizar.

O que me leva a perguntar: os diferentes povos, com os quais praticamos múltiplas cartografias, assumem e compreendem a noção de território como uma dimensão vivida, elaborada e realizada historicamente por suas sociedades e culturas? Ou eles vivem e compreendem o território como uma relação social, historicamente realizada enquanto parte de um processo de cercamento espacial dos povos? Portanto, o que radicalmente precisamos enfrentar para transformar essa sociedade neste tempo histórico que vivemos? Definir outros territórios? Ou questionar radicalmente a Geografia do Capital?

É possível colocar, no centro deste debate, o conteúdo, teórico e prático, das noções de uso, de posse, de bem comum? Pode ser que, para a Geografia enfrentar esse debate, seja fundamental reconhecer a necessidade de produzir um conhecimento capaz de questionar o processo de dominação e controle espacial que forjam a terra e o território no seio da propriedade privada capitalista.

Isso posto, tomar consciência de que, historicamente, em especial no Modo de Produção capitalista, a cartografia alcança algo mais do que uma técnica de desenho do espaço, constituiu-se como uma importante estratégia deste processo. Permite identificar como, nos diferentes tempos históricos, nos diferentes povos e no atual momento de hegemonia (de um modo de produzir centrado no lucro e na valorização do valor), ela assume papel central na busca da homogeneização das relações sociais.

Pergunto: como se dá a apropriação da linguagem cartográfica, produzida neste tempo histórico, com a emergência destas "outras cartografias"? Estas cartografias estão completamente dissociadas da concepção de Espaço, da noção de território e da formação sócio-espacial produzidas pelo Estado e pelo capital? Como estas cartografias se relacionam com as cartografias determinadas pelos programas de geoprocessamento e sistemas de informações geográficas, que determinam uma representação formal em sua aparência?

O que significa, neste momento, a explosão de um uso sistemático, incessante e amplo da cartografia, principalmente dos mecanismos de situação, localização de toda e qualquer experiência espacial? Qual é o conteúdo social e político da popularização dos mapas?

Poderíamos, então, admitir que a cartografia, como uma linguagem, produzida pelas relações sociais e suas práticas espaciais, seria, ao

mesmo tempo, um espaço de representação e a representação do espaço⁶, a representação da propriedade capitalista e sua negação?

Caso seja possível, penso que precisamos aprofundar a investigação sobre as múltiplas determinações e estratégias de constituição desta representação do espaço: como mercadoria, como valor e, ao mesmo tempo, como resistência a este processo hegemônico, revelando que o espaço é, e pode ser, fruto da insurreição do uso: bem comum socializado por aqueles que dele necessitam e o produzem.

Sinthia Cristina Batista / AGB - Porto Alegre

Doutora em Geografia e professora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Campus Litoral Norte
sinthiaris@gmail.com / sinthia.batista@ufrgs.br

Revisado e traduzido por Theo Soares de Lima / AGB - Porto Alegre. Doutorando em Geografia (UFRGS).



AGB Porto Alegre no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=ZPxCa2KfcM4>

⁶ Ver o desenvolvimento desta tese em: BATISTA, S. C. **Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações**. 2014. 416 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/100294>).